

# ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES DO BRASIL

## COMMUNICATION STRATEGIES MOVEMENT NATIONAL FISHERMEN OF BRAZIL

Verónica del Pilar Proaño de Fox<sup>1</sup>

[fox.veronica@gmail.com](mailto:fox.veronica@gmail.com)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Angelo Brás Fernandes Callou<sup>2</sup>

[abcallou@gmail.co](mailto:abcallou@gmail.co)

Universidade de São Paulo,

### Resumo

O Movimento Nacional dos Pescadores (Monape) foi criado no Brasil como resultado da articulação dos pescadores e pescadoras artesanais para garantir direitos na Constituição Brasileira de 1988. Embora o Brasil tenha o maior número de pesquisas sobre movimentos sociais na América Latina, no âmbito dos movimentos sociais na pesca a produção acadêmica é, ainda, incipiente. Baseado nos estudos de Gonh (2003, 2004), Toro e Werneck (2007) e Henriques (2007), os quais realçam a importância da comunicação em processos de mobilização social, o presente artigo tem como objetivo caracterizar e analisar o Monape, entre 1990 e 2009. Particularmente, busca-se estudar as estratégias de comunicação utilizadas por esse movimento para mobilizar e incentivar a participação dos pescadores ao longo da sua trajetória no país.

**Palavras-chave:** Movimento social, estratégias de comunicação, pescadores.

### Abstract

The National Movement of Fishermen (Monape) was created in Brazil as a result of the articulation from handmade fishermen and fisherwomen to guarantee rights in the 1998 Brazilian Constitution. Although Brazil has the greatest number of researches about social movements in Latin America, within social movements in fishing academic production is still incipient. Based on studies of Gonh (2003, 2004) Toro and Werneck (2007) and Henriques (2007), who enhance the importance of communication in the process of social mobilization, the current work aims to characterize and analyze Monape, between 1990 and 2009. Particularly, aims to study the strategies of communication used by this movement to mobilize and encourage the participation of fishermen along their path in the country.

**Keywords :** Social movement, communication strategies, fishermen.

### Resumen

El Movimiento Nacional de los Pescadores (Monape) fue creado en el Brasil como resultado de la articulación de los pescadores y pescadoras artesanales para garantizar sus derechos en la Constitución brasileña de 1988. Aunque Brasil tenga el mayor número de investigaciones sobre los movimientos sociales en la América Latina, en el contexto de los movimientos sociales en la pesca la producción académica es todavía incipiente. Con base en los estudios de Gohn (2003, 2004), Toro y Werneck (2007) y Henriques (2007), que hacen hincapié en la importancia de la comunicación en los procesos de movilización social, este artículo tiene como objetivo caracterizar y analizar el Monape entre 1990 y 2009. En particular, se busca estudiar las estrategias de comunicación utilizadas por este movimiento para movilizar y fomentar la participación de los pescadores a lo largo de su trayectoria en el país.

**Palabras clave** :Movimiento social, estrategias de comunicación, pescadores.

### Introdução<sup>3</sup>

O objetivo deste artigo é caracterizar e analisar o Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), entre 1990 e 2009. Particularmente, busca-se examinar as estratégias de comunicação utilizadas pelo movimento para mobilizar e incentivar a participação dos pescadores.

Os estudos sobre movimentos sociais adquiriram relevância nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil e no mundo (Gohn, 2003; Sherer-Warren, 1996), embora exista, segundo Gohn (2004), uma escassa teorização sobre esses fenômenos na América Latina. Ainda que o Brasil tenha o maior número de pesquisas na temática, pode-se dizer que no âmbito dos movimentos sociais na pesca, a produção teórica é ainda menor.

Até o início dos anos 1980, as ciências humanas mantinham um silêncio generalizado sobre os movimentos sociais de pescadores no país e raras eram as obras que estudavam

“o aspecto da mobilização política dos pescadores e ‘pescadeiras’ em sua luta pela melhoria na qualidade de vida” (Ramalho, 1999, p. 6).

Um dos primeiros trabalhos na área foi desenvolvido por Callou (1986), que identificou e caracterizou os movimentos sociais de pescadores em Pernambuco, entre 1920 e 1983. Outra pesquisa, assinada por Silva (1988), discorre sobre a trajetória da categoria e os aspectos políticos da sua participação em movimentos sociais no período colonial e Brasil Império.

Os estudos desenvolvidos por Callou (1986, 1994) e Silva (1988, 2004) mostraram a situação contingente dos pescadores artesanais brasileiros, resultado das condições históricas e políticas do país e da convivência com um Estado que, durante muito tempo, atuou de forma opressiva e desagregadora. Já para Ramalho (1999), as relações de poder entre o governo e as colônias de pesca sempre foram o estopim para a insurgência de movimentos sociais de pescadores no século XX.

Em Pernambuco, os pescadores começaram a se mobilizar, com maior intensidade, a partir dos anos 1960, em reação à poluição das usinas de cana-de-açúcar e outras indústrias, que degradavam o meio ambiente, afetando o seu trabalho e seu modo de vida (Callou, 1986).

A partir de 1970, com a mediação do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), os pescadores passaram a reivindicar direitos previdenciários específicos, a lutar contra a expulsão das praias, pela direção de órgãos de representação (colônias, federações e confederação), contra o alto preço dos insumos e o baixo preço do pescado pago pelos intermediários. Também demandavam linhas de crédito para o setor pesqueiro artesanal (Callou, 1986; Silva, 2004).

Nos anos 1990, com as transformações decorrentes dos processos da globalização (Santos apud Alves, 2009), outros fatores entraram em cena. Embora a pobreza e a falta de acesso dos pescadores a equipamentos coletivos colocassem os conflitos econômicos na ordem do dia, existiam outras demandas em jogo. Afinal, o país sofria o impacto das políticas econômicas neoliberais, confrontando os movimentos sociais de pescadores com uma nova realidade.

Apesar de se ter dado pouca relevância a esse momento histórico, o estudo de Ramalho (1999), *Pescadores Artesanais e o Poder Público*, revelou novos aspectos da participação dos pescadores, que deram sinais de uma nova postura política mais preocupada em assegurar direitos sociais, do que participar de esquemas clientelistas. Atitude esta que vinha se delineando desde o início dos anos 1980, quando as reivindicações dos pescadores pernambucanos se alastraram pelo Norte e Nordeste do país, estimuladas pela mediação do CPP.

A ampliação geográfica das lutas, a conquista da presidência de inúmeras colônias de pescadores e das federações de pescadores de Alagoas e Pernambuco, a organização de diversos conselhos pastorais, além da convocação da Confederação Nacional dos Pescadores para que as federações estaduais defendessem os interesses da categoria foram fatores determinantes para o surgimento do Movimento Constituinte da Pesca, em 1988 (Silva, 2004; Cardoso, s.d).

Esse movimento lutava pela autonomia política e sindical da categoria e incentivava a campanha de elaboração da Constituição Federal Brasileira. Sua grande conquista se deu no âmbito da liberdade organizativa e autonomia dos pescadores artesanais, equiparando-os aos sindicatos e às próprias colônias de pesca, pelo artigo 8º da Constituição, que trata sobre a livre associação profissional ou sindical (Potiguar Júnior, 2000; Ramalho, 1999; Silva, 2004).

Com seus direitos garantidos, os pescadores precisavam de uma representação nacional forte para dar continuidade às suas lutas. Assim, a Constituinte da Pesca se transformou em Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), em abril de 1988, no Recife, Pernambuco (Potiguar Júnior, 2007; Ramalho, 1999; Silva, 2004).

O reconhecimento da liberdade de atuação das colônias diante da categoria e do poder público confrontou o Monape com uma realidade permeada de novas relações de poder ante o Governo e a própria base. Por outro lado, fatores da cena local se relacionavam com a nova ordem global, marcada pela hegemonia de políticas neoliberais responsáveis pelo redimensionamento do Estado, pela abertura dos mercados, pela descentralização política e desformalização das relações de trabalho, além da expansão das tecnologias de informação e comunicação, incidindo diretamente na vida dos pescadores (Carvalho e Callou, 2007).<sup>4</sup>

Embora seja um desafio estudar os movimentos sociais hoje, quando as fronteiras estão cada vez menores e os fenômenos locais tendem a ser absorvidos pela dinâmica global, Gohn (2004) acredita na demarcação das peculiaridades históricas locais. A autora sistematiza cinco tipos de movimentos, dos quais interessam ao presente trabalho aqueles construídos a partir de problemas sociais, que lutam por equipamentos coletivos de consumo e pela preservação e uso controlado de outros bens (Gohn, 2004).

Nesta linha, é possível situar o Ecologismo Social. Surgido nos anos 1980, é um ambientalismo que critica o atual modelo de desenvolvimento econômico, concentrador de renda e destruidor da natureza. Buscando o acesso irrestrito das culturas tradicionais aos recursos naturais, valoriza o extrativismo e a produção com técnicas alternativas. O movimento de pescadores artesanais atende a esses preceitos (Diegues, 1998).

Com base nos conceitos apresentados por Callou (1986, 1994), Diegues (1983, 1995,

1998), Gohn (2003, 2004), Peruzzo (1998), Sherer-Warren (1996), Silva (1988, 2004), Ramalho (1999, 2004) e Santos (2005), entende-se que os movimentos sociais de pescadores artesanais são processos político-sociais construídos como expressões coletivas de luta, resistência e poder de pescadores, os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas desenvolvem uma identidade coletiva, que luta pela manutenção de seus bens materiais e simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção alternativos. Esses movimentos acontecem em relações de conflito e poder, entre os pescadores – como atores sociais de camadas populares – e o poder instituído do modo de produção capitalista, do ponto de vista político (Estado), contra o grande capital (empresas) ou mesmo contra a própria cultura política vigente (Estado e Capital).

Para estabelecer um caráter dialógico e participativo de um movimento social, é necessário, como se referem Toro e Werneck (2007), elaborar estratégias que pressuponham uma comunicação democrática que convoque os diversos atores à participação cidadã. Henriques (2007, p. 20) reforça esse argumento quando diz que em um projeto de mobilização, a principal função da comunicação é “gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos, por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e valores.” Para que essas ligações existam, afirma o autor, é necessária a corresponsabilidade, isto é,

que os públicos se sintam responsáveis pelo projeto, compreendendo a vitalidade de sua participação.

Nos termos assinalados, os movimentos sociais podem usar dois tipos de comunicação apontados por Kunsch (2003) e Cesca (2006): a dirigida e a massiva. A segunda utiliza meios de comunicação de massa que atingem um grande número de pessoas, uma massa heterogênea e anônima que recebe inúmeras informações desses veículos (Cesca, 2006; Kunsch, 2003).

A comunicação dirigida, por sua vez, visa transmitir informações, estabelecendo uma comunicação orientada e frequente com um público determinado e específico, devendo ser adotada cotidianamente pelos movimentos sociais (Cesca, 2006; Henriques, 2007; Kunsch, 2003). Existem quatro tipos de comunicação dirigida, segundo Souza Andrade citado por Kunsch (2003) e Cesca (2006): escrita, oral, auxiliar e aproximativa. A essa classificação é possível acrescentar outros meios apontados por Charles Redfield (apud KUNSCH, 2003): pictográficos, escrito-pictográficos e simbólicos.

Acredita-se na relevância desta visão que contempla o processo de comunicação de movimentos sociais de pescadores, pois, segundo Sherer-Warren (1996) e Gohn (2003, 2004), as análises do fenômeno no novo milênio devem levar em conta o papel das tecnologias de informação e os meios de comunicação na organização da sociedade civil.

### **O processo de investigação**

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica, além de entrevistas abertas e conversas informais com pescadores, lideranças e assessores que viveram a história da organização e da luta do Monape. Também se conversou com quatro profissionais ligados a ONGs que assessoram ou são parceiras de pescadores; quatro estudiosos de movimentos sociais da categoria; sete agentes do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) de Pernambuco e da Bahia; e um representante governamental. Foi realizada entrevista semiestruturada com cinco lideranças de pescadores de Pernambuco, Ceará, Alagoas e Maranhão, que fizeram parte do Monape. A metodologia de pesquisa qualitativa também incluiu uma extensa revisão de correspondência e documentos (cartas, relatórios, atas, ofícios e projetos), além de material jornalístico e publicitário, produzido pelo Monape ou sobre ele. Participou-se ainda de encontros e movimentos de pescadores, além de seminários ligados ao setor pesqueiro.

Para levantar informações sobre políticas públicas para a pesca em Pernambuco, e sobre o Monape e suas estratégias de comunicação, recorreu-se ainda a matérias do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco disponibilizadas no clipping

impresso, organizado pelo CPP, a partir de 1990. Também foram pesquisados veículos de comunicação dirigida do Monape (jornal, revista, cartas circulares, dentre outros).

Este trabalho é um estudo de caso que investiga “um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real,” como salienta Yin (2010, p.32), permitindo o aprofundamento da realidade dos pescadores artesanais. Para tanto, toma-se como referência a proposta metodológica de Muls e Castells (apud Callou, 1986), buscando compreender o Monape a partir da observação concreta de sua forma, suas ações e organização. Elegem-se como categorias de análise: 1) a configuração geral do movimento; 2) a dinâmica da mobilização; e 3) os resultados alcançados. Acrescentam-se a essa classificação as estratégias de comunicação, estudadas a partir da metodologia apontada por Kunsch (2003) e Cesca (2006).

Considera-se necessário entender se as estratégias de comunicação do Monape se articulam com ou contra outras forças institucionalizadas. Inclusive porque essa interdependência de outros setores convoca atualmente os movimentos sociais a se relacionarem e a se integrarem interna e externamente, o que só é possível por meio da comunicação (Kunsch, 2003).

Pernambuco foi escolhido como universo de investigação pelo fato de ser, nas palavras de Callou (1986, p. 10), um Estado reconhecido como “uma região fecunda em movimentos populares.” Também pela oportunidade de ampliar o conhecimento da realidade da pesca artesanal, dando continuidade à investigação de Callou (1986) sobre os Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco (1920 – 1983). Ademais, a pesca artesanal tem grande importância socioeconômica em Pernambuco devido aos ecossistemas locais (mangues e recifes costeiros), contabilizando em torno de 11 mil profissionais na atividade (Cepene, 2009).

### **Pescadores artesanais: uma cultura tradicional**

Insere-se o Monape no campo dos estudos das culturas tradicionais, a partir dos enfoques da antropologia econômica e social de Diegues (1983, 1998, 2002). Para este autor, em uma perspectiva marxista, as culturas tradicionais se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil, e se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista, porque tanto a força de trabalho quanto a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda, isto é, em mercadoria.

Para Diegues (1998), as culturas tradicionais envolvem padrões de comportamento transmitidos socialmente. São modelos mentais utilizados para perceber, relatar e interpretar o mundo, a natureza, os símbolos e significados socialmente compartilhados, além dos produtos materiais característicos desse modo de produção mercantil.

Essa caracterização dos pescadores artesanais, como uma cultura tradicional, é necessária, por se entender que eles têm uma forma particular de ser e estar no mundo, que permeia todas as suas relações sociais (Callou, 1994; Diegues, 1998; Ramalho, 2004). Na intensa relação entre os pescadores e a natureza, existem ainda as noções de território, identidade e sustentabilidade (Diegues, 1998).

Diegues (1998) cria onze elementos teóricos para distinguir as culturas tradicionais, vistas como aquelas relacionadas com um tipo de organização econômica e social baseada na reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Os padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena, pois a conservação de recursos naturais é parte integrante de sua cultura.

Neste estudo, as noções sobre culturas tradicionais não são analisadas de forma isolada, mas a partir da compreensão de Diegues (1998), isto é, como parte de um todo traduzido como modo de vida dos pescadores artesanais, evidenciando suas necessidades e permeando seus movimentos sociais. Esses critérios podem estar presentes em maior ou menor grau nas suas demandas, inclusive porque sua cultura varia de região para região do Brasil, estando em constante transformação.

Segundo Diegues (1998), isso também depende do nível de interação com a sociedade capitalista que, embora tenha efeitos desorganizadores, não necessariamente destrói sua cultura e sua pequena produção mercantil. As comunidades pesqueiras litorâneas de Pernambuco, por exemplo, atuam de forma articulada e dependente do sistema capitalista. Consequentemente, sua reprodução econômica, política e sociocultural mantém traços da sua visão de mundo hibridizada pelos processos globalizantes.

Com base em Silva (2003), é possível dizer que as comunidades pesqueiras são híbridas e multifacetárias, onde a pesca tradicional convive com outras atividades econômicas, como o turismo, o artesanato e a indústria. Nelas, tradição e modernidade coexistem lado a lado, redefinindo sua cultura, sem extinguir a tradição. O mesmo pode ser dito sobre seus movimentos sociais, em cujas demandas prevalecem aquelas ligadas à forma de viver e representar o vivido.

Com relação ao modo de produção, a pesca artesanal usa “tecnologias de baixo poder predatório, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou de vizinhança” (Cardoso, 2001, p. 81), predominantemente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Trata-se de uma atividade imbricada com os ecossistemas e sua preservação, sendo realizada ao longo da plataforma continental (pesca marítima) e em águas interiores (rios, lagos, estuários e açudes).

## **O Movimento Nacional dos Pescadores e suas estratégias de comunicação**

### **O Monape nos anos 1990**

No início da década de 1990, o Monape reunia lideranças de pescadores, “com a finalidade de democratizar as colônias, fazer valer conquistas conseguidas na Constituição e lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores

artesanais” (Diegues, 1995, p. 136). O seu objetivo maior era organizar a categoria para ocupar espaços de representação nas colônias, federações e confederação, além de dar continuidade ao movimento Constituinte da Pesca (Monape, 1989).

O movimento considerava a conservação dos hábitos marinhos e fluviais indispensáveis para a sustentabilidade da pesca artesanal. A preservação ambiental era crucial na manutenção e reprodução social das populações pesqueiras, levando os pescadores artesanais a lutarem contra a destruição dos recursos hídricos e habitats naturais, como mangues, lagunas, estuários, arrecifes (Diegues, 1995).

A exploração turística desordenada no litoral, a construção de barragens e hidroelétricas, a degradação da floresta amazônica e de seringais, dentre outras consequências do avanço do capital no país, também preocupavam o movimento. O Ecologismo Social (Diegues, 1998) circulava nas veias do Monape, que lutava pelo acesso dos pescadores aos recursos naturais de seus territórios e valorizava o extrativismo e os sistemas de produção com tecnologias alternativas.

Outro ponto nevrálgico do movimento era a busca de melhores condições de vida e trabalho para os pescadores. Para tanto, encaminhava à legislação pesqueira e ambiental propostas que contemplassem o seu modo de vida. No decorrer dos anos, o Monape (1995, p. 2) sentia cada vez mais necessidade de leis atualizadas e ágeis nesses setores, passando a convocar sua base e outras facções da sociedade, conforme carta circular: Estamos encaminhando junto aos pescadores um processo de levantamento e discussões sobre estes temas e também queremos abrir estas discussões para outros setores da sociedade civil: universidades, centros de pesquisa, órgãos governamentais, organismos ambientalistas, organismos não governamentais de assessoria aos movimentos populares e pessoas interessadas, para organizarmos uma ação para elaboração de um projeto de Política Pesqueira e Política Ambiental para o país.

A participação dos pescadores nesse processo era imprescindível: “Esperamos contar com a colaboração de todos [na] discussão e elaboração desta proposta [...] gostaríamos de solicitar o envio de materiais escritos relacionados ao tema, propostas para a elaboração de uma política pesqueira e ambiental” (Monape, 1995, p. 2). Agindo de maneira propositiva, investindo em parcerias e cooperação, o Monape buscava construir programas sustentáveis para as comunidades pesqueiras.

Visava ainda multiplicar conhecimentos para proporcionar uma vida mais digna aos pescadores: “temos incentivado a elaboração de projetos alternativos de produção, visando o desenvolvimento de pequenas comunidades e povoados de pescadores” (Monape, 1995, p. 3). Tanto a participação e o envolvimento da categoria em conflitos de suas comunidades, quanto a informação e o conhecimento eram aspectos imprescindíveis para o Monape, no desenvolvimento dessas populações.

### **Expansão e estratégias**

O Monape atravessava um período importante da sua estruturação, em meados dos anos 1990, exigindo uma ampliação formal e política de sua organização, além de

uma definição mais precisa de seus princípios e objetivos. O movimento vivia uma fase de amadurecimento, priorizava uma maior unidade entre os movimentos estaduais, comissões, coordenações e, ainda, “propostas mais objetivas de reivindicações, passando a assumir um caráter mais propositivo e ampliar o espaço e atuação das lideranças regionais [...], como também a participação das mulheres” (Monape, 1994, p. 16).

As suas atenções estavam voltadas para “fomentar discussões no campo do Congresso [Nacional], no campo organizativo da categoria e no campo científico” (Monape, 1994, p. 11). Da mesma forma como Gohn (2003, 2004) descreve os movimentos sociais da década de 1990, o exercício de novas práticas tinha trazido ao Monape um conhecimento sobre a política estatal, o Governo e sua máquina.

No que se refere à legislação, o movimento constatava “o desprezo [...] que os pescadores artesanais sofreram e sofrem com as retrógradas leis que o Legislativo compõe para eles” (Monape, 1994, p.11). Passou a lutar por uma política pesqueira mais justa, fazendo propostas, críticas e denúncias. A militância era mais seletiva e qualitativa, deixando as paixões de lado e adotando um caráter mais estratégico.

Dentre as propostas emergenciais que o Monape apresentou junto ao Governo, destacaram-se: o salário desemprego durante o período de defeso; a regulamentação da lei das colônias que, mesmo depois da Constituição de 1988, ainda estava pendente; a isenção de impostos ao pescador na aquisição de seus instrumentos de trabalho, entre outras.

Quanto às estratégias de comunicação, enfatizaram-se aquelas no campo sindical, político-partidário, religioso e das ONGs. O relatório do Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (Ccf, 1997) revela que o Monape tinha parcerias com a Universidade de São Paulo (SP), o Museu Paranaense Emílio Goeldi (PA), o Centro Josué de Castro (PE), a ONG Terramar (CE) e o CPP e suas pastorais espalhadas pelo Brasil. Também trocava informações e participava de eventos promovidos por organizações de diversos países latino-americanos (Monape, 1991).

Além disso, divulgava seu trabalho e recebia suporte financeiro e técnico de órgãos governamentais, não governamentais, movimentos sociais, conselhos, fóruns, etc. Por exemplo, o projeto de organização e estruturação do Monape, entre 1995 e 1997, foi financiado pelo Misereor e Pão para o Mundo, da Alemanha; Desenvolvimento e Paz, do Canadá; Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), da Holanda; Comitê Internacional para o Desenvolvimento dos Povos (Cisp), da Itália, sem falar da colaboração de outras entidades, como sindicatos, federações e colônias (Monape, 1996).

Outros movimentos populares também faziam parte da rede de relacionamentos do Monape, que mantinha ligação com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e vários sindicatos rurais, participando, inclusive, de congressos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e até manifestações promovidas pela Pastoral da Terra. O Monape fazia parte da coordenação do Grito da Terra,

participava de encontros com o Movimento dos Atingidos pelas Barragens e com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Também marcava presença em diversos fóruns e grupos de trabalho governamentais, dentre eles o Fórum de Carajás,<sup>5</sup> o Programa de Gestão Integrada da Bacia de São Francisco,<sup>6</sup> além do Grupo de Trabalho do Amazonas (GTA),<sup>7</sup> do qual um de seus representantes chegou a ser eleito presidente. Através do diálogo com o poder executivo, o movimento buscava resolver os problemas das comunidades pesqueiras:

O Monape tem procurado ampliar seu diálogo [...] com o Poder Executivo. Neste ano, conseguimos abrir um canal direto com o Ministério do Meio Ambiente (a que estão subordinados os assuntos da pesca), através de reuniões setoriais com o próprio Ministério e empresários do setor, a fim de encaminharmos medidas emergenciais (Monape, 1994, p. 3).

Como resultado dessa articulação, o movimento passou a fazer parte de reuniões, encontros, manifestações e outros eventos a convite de diversas entidades. Era, assim, a principal referência dos pescadores e seu interlocutor perante a sociedade e o Estado (Monape, 1994). Apesar desses esforços, muitas parcerias foram interrompidas e a ampliação de lugares conquistados pelas lideranças, na esfera pública, não significou necessariamente o avanço do movimento.

Com base nessas informações e a partir de Matos (2005), avalia-se que os métodos de organização social do Monape visavam construir autonomia, gerar alianças e articulações com outros atores sociais, além de fomentar iniciativas locais. Desta forma, suas estratégias de comunicação sinalizavam a favor do desenvolvimento local, tecendo redes de relações sociais com outros setores e incentivando a participação cidadã dos pescadores neste processo. Nas práticas do movimento também é possível observar alguns elementos na perspectiva do desenvolvimento local, tal como Jara (2001, p. 101) o descreve: “informam-se, negociam, estabelecem parcerias [...], participam e compartilham com o Estado a responsabilidade pelas soluções, o que corresponde à participação ativa e consequente conquista dos espaços públicos.”

As estratégias do Monape também privilegiavam a formação para “potencializar o surgimento de novas lideranças e permitir uma intervenção mais qualificada na estruturação e organização dos movimentos estaduais e suas bases, inclusive quanto à organização de mulheres” (Monape, 1994, p. 16). A capacitação e formação política eram prioritárias e previstas em planejamentos anuais. Era um tipo de comunicação dirigida oral e aproximativa estabelecida pelo movimento com os pescadores.

Outra estratégia do movimento era a educação, realizando esforços para criar grupos escolares infantis e alfabetização de adultos. No Pará, por exemplo, havia experiências de “alfabetização em vários barcos, aproveitando as longas viagens e os momentos em que se espera o peixe” (Ccf, 1997, p. 18). Existiam ainda escolas comunitárias dirigidas por sindicatos de pescadores.

Esta pesquisa não ouviu os pescadores sobre o resultado das capacitações e programas educativos do Monape, mas a partir da análise de documentos, parece pertinente dizer que o movimento atuava como gestor de processos comunicacionais, produzindo e circulando conhecimento, a partir de uma prática que seguia um processo educativo comunicacional do qual o pescador participava ativamente, construindo propostas e soluções.

Ao fazer parte de espaços institucionais, dialogar com diversos atores sociais, elaborar propostas, capacitar lideranças e, ainda, convocar os pescadores e suas colônias a construir projetos para o setor pesqueiro e ambiental, o Monape deixa transparecer que se desloca em uma perspectiva de desenvolvimento local. Particularmente, no sentido de ser “uma proposta que comove e mobiliza as pessoas que querem fazer alguma coisa concreta para melhorar as condições de vida e convivência social do lugar onde moram ou trabalham” (Franco, 2006, s/n).

### **Dificuldades**

Apesar das vitórias em diversos setores, muitas parcerias foram interrompidas e os espaços conquistados pelas lideranças do Monape, na esfera pública, não significaram necessariamente o aprimoramento do movimento que enfrentava uma série de dificuldades perto do fim do milênio, conforme relatado a seguir:

Se por um lado temos tido alguns resultados importantes [...] também as dificuldades têm aumentado em quantidade e qualidade. Uma dessas dificuldades tem sido que temos poucas lideranças [...] para acompanhar os trabalhos do Movimento, tanto nos municípios e Estado, como em nível nacional [...] poucos recursos financeiros (Monape, 1996, p. 5).

Dentre os motivos que prejudicaram o seu avanço, o Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento (Ccfid, 1997) destaca a falta de posicionamento de entidades e assessores que, muitas vezes, atuavam como responsáveis pelo movimento, sem possuir conhecimento claro da realidade, dos problemas e das necessidades da categoria, conforme corroborado pelo próprio Monape (1996, p. 5):

Poucos parceiros de trabalho do movimento têm conhecimento da realidade dos pescadores artesanais [...] já trabalham com trabalhadores rurais ou outras categorias, mas pesca é uma realidade nova, desconhecida. Este é um dos motivos pelo qual há uma falta de assistência técnica e assessoria para as Colônias, Federações e Movimentos Estaduais [...] e também tem dificultado o acesso a informações sobre os direitos sociais e políticos para a maioria dos pescadores e pescadoras.

Outro empecilho se referia à dificuldade de conciliar as agendas das partes: “pensou-se na Internet e num banco de dados, que cada um começou a formar, mas na hora de juntar tudo, a reunião não pôde acontecer” (Ccfid, 1997, p. 20). O aspecto financeiro também dificultava as parcerias, pois o Monape nem sempre podia custear viagens, hospedagens e assinar convênios para garantir sua contrapartida.

Nesse contexto, a saída foi buscar assessorias pontuais, descentralizadas, além de parcerias informais, desenvolvidas a partir de relacionamentos pessoais com pesquisadores, intelectuais e mesmo políticos – prática essa que se mantém até hoje. Mesmo tendo essa rede de relações, contraditoriamente o movimento não conseguia se articular nacionalmente e suas ações começavam a se restringir, cada vez mais, à região Norte do país onde estava situada sua sede.

### **Comunicação massiva e dirigida**

Desde o início de suas atividades, o Monape considerava a comunicação essencial para se estruturar e utilizava meios para se comunicar com seu público interno e externo. A finalidade, segundo o movimento, era registrar as informações mais importantes e estabelecer fluxos de informação, diálogo, influência, troca recíproca e divulgação de suas atividades junto aos pescadores artesanais e à sociedade em geral (Monape, 1989).

Esse objetivo se materializou, quando decidiu: “criar um boletim informativo, a fim de divulgar mais o Monape e seus trabalhos” (Monape, 1989, p. 3). O primeiro número deveria explicar sua origem, atividades e metas. Os pescadores também definiram a logomarca do movimento, escolhendo: “o mapa do Brasil envolto numa rede de arrasto puxada por um grupo de companheiros definidos como ‘Movimento Nacional dos

Pescadores – Monape,’ tendo como lema ‘Novos rumos, nova organização’” (Monape, 1989, p. 3).

No que se refere à comunicação massiva, há registros de que movimentos sociais de pescadores em Pernambuco contaram com o apoio do CPP, cujo programa semanal de rádio, Pescadores Rumando para Novas Águas, veiculado pela Rádio Olinda AM, tratava de assuntos ligados à pesca artesanal e promovia campanhas pela melhoria das condições de vida da categoria.

Denúncias na mídia, principalmente rádio e televisão, também eram uma estratégia utilizada pelos pescadores pernambucanos nos anos 1980/90. Inclusive, o CPP contava com um “serviço específico de denúncias na imprensa,” que dava suporte aos movimentos locais para divulgar os conflitos e lutas locais (Silva, 2004, p. 67). Essas experiências serviram para o Monape perceber a importância de ações comunicacionais, tanto para promover o movimento, quanto para denunciar e reivindicar seus direitos, através da mídia.

Com base em avaliações realizadas pelo Instituto Terramar (2005), é possível afirmar, no que se refere à comunicação dirigida interna, que dois grandes eixos de estratégias de comunicação norteavam as atividades do Monape: um se referia ao processo de articulação com as comunidades pesqueiras, utilizando canais de aproximação, como visitas e participação em reuniões com colônias, associações de pescadores, sindicatos, entre outros. O segundo dizia respeito aos eventos, denominados de Encontros, a exemplo de seminários, encontros nacionais e estaduais organizados pelo movimento e aqueles de que participava como convidado.

As visitas a comunidades pesqueiras de todo o país visavam “conhecer melhor sua realidade e estreitar contatos com a base e pessoas com capacidade de liderança, interessadas em levar adiante os trabalhos do movimento” (Monape, 1994, p. 15). Buscava-se mobilizar os pescadores, realizar diagnósticos da sua realidade e construir propostas (Monape, 1994).

Essas visitas também permitiam ao movimento constatar o desconhecimento que os pescadores tinham da realidade da categoria em outras localidades e das diferentes orientações recebidas de órgãos governamentais ou entidades de apoio (Monape, 1994), o que provocava discórdia na hora de encaminhar propostas unificadas. Opinião corroborada por apoiadores do Monape ressentidos com as ações extensionistas governamentais da época, que provocavam desunião e inibiam o crescimento político de comunidades pesqueiras, conforme revelado no seguinte depoimento:

Teve alguns entraves em algumas comunidades, por quê? A gente estava trabalhando [...], a comunidade estava às mil maravilhas. Chegava um técnico com um projeto X. Então a comunidade praticamente morria, porque a visão passava a ser: ou faz dessa forma ou não tem acesso ao projeto (Severino Antônio, 2010).

Tanto as visitas dos coordenadores do Monape às comunidades pesqueiras, quanto dos representantes das comissões estaduais às colônias e associações locais eram um importante veículo de comunicação dirigida aproximativo, baseado em uma estratégia de aproximação dos pescadores artesanais ao movimento. Nessa categoria também podem ser incluídos bingos e confraternizações para levantar verbas para o movimento.

Esses dados também demonstram o contínuo esforço do Monape no sentido de ancorar seu trabalho em um sistema de comunicação informal de redes internas e externas, nos parâmetros atribuídos por Kunsch (2003, p. 83), ou seja, sustentado por relações sociais entre pessoas, no qual se destaca “a importância da formação de lideranças e comissões de trabalhadores, que, sem aparecer na estrutura formal, desempenham relevante papel dentro da organização”.

Para se comunicar (com) e mobilizar os pescadores, a coordenação do Monape também investia em estratégias de comunicação dirigida orais, tal como Kunsch (2003) as descreve. Este tipo de comunicação estava presente nas conversas face a face com pescadores e lideranças nas colônias, e em reuniões informativas e de discussão. Ocorria ainda em seminários, assembleias, mesas-redondas, conferências, fóruns e grupos de trabalho do movimento ou de organismos governamentais, não governamentais e de outros movimentos sociais.

O entendimento da importância de se comunicar com seu público interno fez do Monape – pelo menos na intenção – uma organização horizontal, no sentido definido por Castells, citado por Kunsch (2003, p. 58): “uma rede dinâmica e estrategicamente planejada de unidades autoprogramadas e autodirigidas baseadas na descentralização, participação e coordenação.” Nessa linha, o Monape também utilizava veículos de comunicação dirigida escritos, como correspondências (cartas, ofícios, circulares, cartas

abertas, abaixo-assinados, etc.), além de relatórios dos encontros, de reuniões, de planejamento, de atividades e de avaliação.

### **Outros veículos de comunicação**

Outro veículo de comunicação dirigida escrito foi o boletim informativo Monape Notícias, que circulou entre 1995 e 1997, quando parou por mais de um ano, voltando a ser produzido em fevereiro de 1998. Este meio também era um veículo escritopictográfico porque, além da palavra escrita, se valia de fotografias.

Cartilhas, cartazes e folders sobre meio ambiente, previdência social, formação e administração de colônias, organização produtiva, direitos trabalhistas e do Monape também estavam previstos para ser produzidos no período de 1995 a 1997 (Monape, 1994). A cartilha sobre a história do Monape chegou a ser encaminhada junto com uma carta de apresentação e os contatos da coordenação nacional e estadual do movimento para diversas colônias e entidades. Outra cartilha sobre direitos sociais dos pescadores também foi distribuída para as bases (Monape, 1996b).

A revista Pescando e Lutando, também um tipo de comunicação dirigida escrito, era voltada para um público misto (interno e externo). A primeira edição foi lançada em 1991 e sua finalidade era dar voz à categoria, conforme consta no seu editorial: O lançamento da revista Pescando e Lutando [...] tem a intenção de fazer chegar aos pescadores do Brasil e a toda a sociedade os principais problemas que a categoria enfrenta e as propostas para a saída dessa condição, de esquecida e marginalizada que lhe é imposta. E, além disso, para que você conheça, discuta, amplie com os seus companheiros esse debate e venha participar do movimento que também é seu (Monape, 1991d, p. 4).

A coordenação do Monape enviou em torno de 50 revistas para cada Estado. Em Pernambuco, o CPP e a Federação Estadual dos Pescadores receberam as edições para distribuí-las nos encontros que realizaram, porque para o movimento tratava-se do seu “principal material de divulgação” (Monape, 1994, p. 1).

Observa-se que o Monape não tinha uma visão estratégica da comunicação, pois, se o objetivo da revista era divulgar para os pescadores e para toda a sociedade os problemas da categoria, o número de exemplares a ser distribuído tinha de ser bem maior. Buscando a mobilização nacional, o movimento também lançou o boletim A Voz dos Pescadores do Brasil, que começou a circular semestralmente em 1999. Lideranças pernambucanas se lembram desse jornal e reconhecem sua importância:

O boletim A Voz do Pescador chegava pelo correio. A gente distribuía. Às vezes chegava atrasado, mas tinha um jornalzinho. Aí tinha para a gente distribuir. Não era suficiente, mas era algo para o pescador [...] Eu nem lembro quantos anos foi (Joana Mousinho, 2010).

A finalidade desse veículo dirigido ao público interno, que circulou até 2001, era colocar os pescadores a par de eventos regionais e nacionais, além de relatar denúncias e divulgar as ações de movimentos estaduais realizados com o apoio do Monape. Com base nos conceitos apresentados por Kunsch (2003, p. 188-189), pode-se afirmar que passeatas, concentrações em frente a órgãos públicos, ocupações de repartições públicas também podem ser consideradas veículos de comunicação aproximativos do movimento, pois se caracterizavam pela “presença física e pelo contato direto e pessoal dos públicos com a organização,” sendo ainda uma comunicação interativa presencial.

Na perspectiva discutida por Callou (1995, 2003, 2006, 2007), Franco (2006), Matos (2005), Oliveira (2001) e Tauk Santos (1995, 2000, 2003, 2006) sobre desenvolvimento local, é possível dizer ainda que as estratégias de comunicação do Monape buscavam, em última instância, mobilizar os pescadores artesanais para fazer algo concreto com vistas a melhorar suas condições e perspectivas de vida, de trabalho e de futuro.

### **O Monape nos anos 2000**

Ao se tornar a Associação Movimento Nacional dos Pescadores (Amonape), em fevereiro de 1999, o movimento se redefiniu como “uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, de âmbito nacional” (Amonape, 1999, p. 1). Passou, então, a priorizar a captação, o gerenciamento e a fiscalização de recursos para projetos no setor artesanal. As atividades de luta e resistência, dos anos 1980 e início dos 1990, tinham definitivamente cedido lugar à gestão institucional.

Em 2000, o Monape acumulava diversas conquistas, dentre elas: 1) garantia do pescador artesanal como segurado especial da previdência, inclusive seguro-desemprego e outros benefícios sociais; 2) crédito específico do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte; e 3) reconhecimento e habilitação das pescadoras. Existiam, porém, algumas batalhas perdidas e os desafios eram inúmeros, dentre eles é possível mencionar a contínua degradação dos ecossistemas e estoques pesqueiros; os conflitos entre as populações pesqueiras e o setor privado ligado ao turismo e à carcinicultura; a pressão do setor industrial para ordenar as pescarias de alto valor comercial e, ainda, o desafio de monitorar e participar da elaboração das políticas de pesca (Terramar, 2005).

Internamente, o Monape continuava tendo problemas para construir uma relação entre o que planejava e o que de fato executava. Além disso, havia uma concentração dos trabalhos no Norte do país. A coordenação alegava falta de recursos e dependência de financiamentos governamentais, prejudicando a execução de atividades em outras regiões (Terramar, 2005). Agentes pastorais avaliam que a regionalização foi motivada por questões políticas, pois, além de terem um movimento estadual organizado, os coordenadores do Monape tinham uma estratégia político-partidária forte. Embora o discurso do movimento continuasse nacional, suas ações eram regionais, gerando severas críticas:

Eles tinham um rumo a seguir e o movimento tinha outro. Eles escolheram o rumo da política partidária, então começaram a ter uma concepção muito dentro dos caixotes dos partidos e a participação do Monape passou a ser a barganha dentro do partido político e a manutenção de casa, porque viajavam muito pelo movimento, se projetavam politicamente. Aí o movimento passou a ser em função do partido, não passou a ser em função dos pescadores ou da luta (Laurineide Santana, 2010).

Havia, assim, um claro afastamento do movimento das necessidades e demandas dos pescadores de outras regiões. Em Pernambuco, por exemplo, os representantes locais reclamam da falta de informações e de verbas para executar os trabalhos localmente e consideram o processo contraditório, conforme revela a seguinte fala:

Eu passei um tempo mais Josefa. Nós ficamos os quatros anos, mas não fizemos nada porque não tinha recursos. Foi no final de 90 para 2000. O pessoal ficava de mandar recursos para nós trabalharmos no Estado, mas não conseguimos. Às vezes, a gente pegava carona com o pessoal da CPP e ia para o Sertão. A gente ia, mas a gente não tinha nada para divulgar e muita gente não conhecia o Monape. Ninguém passava nada para nós (Josias Clementino de Jesus, 2010).

A ausência de intervenções sistemáticas, em conflitos e lutas em Pernambuco e em outros Estados, provocou uma distância abismal entre o Monape e os pescadores artesanais. Na realidade, isso já foi observado por Gohn (2003) em outros movimentos, nos quais a profissionalização dos dirigentes acabou muitas vezes gerando efeitos contraditórios nas ações coletivas. Nas visitas realizadas pelos coordenadores às comunidades e nos seus discursos, agentes pastorais também observaram essa mudança: Quando Claudionor estava mais à frente, coordenando [...], fui para uma atividade com ele em Alagoas e [...] o Claudionor, que era um pescador, passa a ter uma linguagem [...] mais técnica, política. Até a postura do cara [...], a forma de pensar no meio dos companheiros, de intimidar ou de que estamos falando besteira. Aí não está mais preocupado com o que as pessoas entendam o que está falando. Não tem mais aquela sede, porque já [...] estava nesse processo (Laurineide Santana, 2010).

Na região Nordeste, o Monape não acompanhou a luta contra a pesca predatória da lagosta e pela legalização da frota artesanal. Isso se somou à falta de articulação em torno da preservação do manguezal, que vinha sendo degradado pela carcinicultura (Terramar, 2005). De acordo com o agente pastoral Severino Antônio,<sup>8</sup> a partir de 2000, Pernambuco foi alvo de uma forte expansão dessa atividade, com empresas que passaram a explorar a cultura desses crustáceos. O Monape também se manteve alheio a esse combate.

Na visão do Instituto Terramar (2005, p. 8, interpolação nossa), a falta de participação do Monape nos conflitos estaduais e na construção coletiva de soluções inviabilizou a consolidação de uma identidade dos pescadores artesanais com o movimento. Também contribuiu para que “mesmo realizando ações nos seus Estados, alguns membros não as [relacionavam] com um conjunto de atividades do Monape, ou seja, não se [percebiam] enquanto construtores do movimento.”

Por outra parte, o Monape continuava se preocupando com as eleições e tentava acompanhar esse processo nas colônias e federações em 13 Estados, visando incidir na

articulação política e na construção de pautas reivindicatórias regionalizadas (Terramar, 2005). Entre os pescadores, porém, não havia o mesmo entendimento, conforme revela relatório do Terramar (2005, p. 7): “em outros Estados, estas ações não aconteceram, ou aconteceram de forma espontânea, ou seja, sem construção coletiva de uma estratégia.”

#### Desarticulação

Embora contribuísse, entre 2002 e 2003, com as discussões para implantação da Seap/PR e fosse reconhecido como importante ator na construção de políticas públicas na região Norte e no âmbito federal, o Monape perdia paulatinamente sua representatividade junto aos pescadores artesanais (Terramar, 2005). A categoria não o reconhecia mais como representante de seus interesses e os pescadores artesanais não se sentiam ou se identificavam como seus agentes.

A sua participação em grupos de trabalho e conselhos governamentais tampouco trouxe os resultados esperados, servindo apenas “para dar legitimidade às decisões do governo” (Terramar, 2005, p. 8). Por isso, embora tivesse avançado na edificação da sua imagem institucional, o movimento não progrediu “na construção de ações voltadas à socialização de informações e estratégias com sua base, restringindo o impacto de suas ações” (Terramar, 2005, p. 9).

O repasse de informações também era um entrave para o movimento, pois ao comprometer seu sistema comunicacional, as lideranças inviabilizavam o seu avanço nos Estados. Outra causa da desarticulação do Monape foi sua mudança para o Estado do Pará, onde ficou até 2005. Neste mesmo ano, foi transferido para São Luiz, no Maranhão. Esta longa permanência na região Norte incidiu no seu desempenho e prejudicou a comunicação da coordenação com o resto do país, porque a coordenação não definiu uma estratégia de comunicação interna que promovesse um fluxo eficiente de informações, gerando um sentimento de coparticipação entre os pescadores, conforme revela a seguinte fala:

No começo tiveram muitas reuniões, folhetos, tinha várias divulgações. A gente pedia os boletins e repassava para os pescadores. Mas, quando o Monape mudou para o Norte aí parou toda manifestação, porque não se sabia de nada, não tinha divulgação nenhuma (Josias Clementino de Jesus, 2010).

Na visão do Terramar (2005, p. 11), a restrição das decisões e informações a poucos diretores e a ausência de divisão de tarefas, inclusive administrativas, provocaram dois processos: um referente à sobrecarga de atividades no coordenador e outro relacionado à falta de construção de corresponsabilidade entre os membros. Este foi um grave erro do Monape, em termos de mobilização social, pois a corresponsabilidade existe “quando o público age por se sentir responsável pelo sucesso do projeto, estendendo sua participação essencial ao todo.” Sem a vinculação dos públicos, os objetivos não são alcançados (Henriques et al., 2007, p. 21).

#### Renovação ou ruptura?

Em 2004, lideranças do Norte e Nordeste questionaram a falta de articulação nacional do Monape e, ainda, deste com a Confederação. A opinião dos pescadores dividia-se entre substituir o movimento ou se articular com ele. O seu descrédito também se devia a suspeitas de malversação de verbas e ao seu uso como fonte de emprego, palanque político ou, mesmo, projeção pessoal (Cpp, 2005, p. 1), conforme corroborado pelos seguintes depoimentos:

Quando nós chegamos lá, era tanta da gente que se dizia que trabalhava para o Monape, que era empregado e a gente não conhecia (Josias Clementino de Jesus, 2010).

Certa vez numa reunião [...], eu disse que o Monape era só banco de emprego. Salário alto, minha irmã! (Joana Mousinho, 2010).

A saída encontrada foi formar a Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, cuja luta principal centrava-se em questões ambientais, combatendo o hidronegócio e a Transposição do Rio São Francisco (Articulação Nacional, 2005). O movimento era uma manifestação do descontentamento dos pescadores com a desorganização geral da categoria, com os rumos tomados pelo Monape e, ainda, com a postura passiva da Seap/PR.

### **A retomada**

A partir das reflexões trilhadas pela Articulação, lideranças nordestinas conseguiram eleger a Chapa da Esperança e retomaram a coordenação do movimento, em agosto de 2005. A nova direção se ocupou de reestruturar a sede em São Luís e criar instrumentos de controle e gestão. Também enviou carta com ficha de cadastro para todas as organizações associadas, com a finalidade de atualizar esse levantamento (Boletim do Monape, 2006).

O Monape ainda renovou parcerias com o Instituto Terramar, o CPP e o Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará. Promoveu o Grito da Pesca Artesanal<sup>9</sup> e participou da elaboração do documento sobre Pesca no Brasil, com propostas para o segundo mandato do Governo Lula. Fez parte de organizações, como o Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca (Conape), Fórum Mundial dos Pescadores, Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), Comitê Gestor do Programa Comunidades Tradicionais Agroextrativismo, Grupo de Trabalho Lagosta/Ibama, entre outros (Boletim do Monape, 2006).

Tais ações sinalizavam que o Monape atuava, em certa medida, como gestor de processos comunicacionais, reconstruindo uma rede de relações sociais, animando a participação cidadã dos pescadores e a corresponsabilidade destes e de outros atores sociais para melhorar a vida da categoria e construir uma sociedade mais justa e sustentável.

Quando finalmente parecia ter tomado um novo rumo, alguns acontecimentos revelaram as dificuldades da nova diretoria e a crise sem precedentes do movimento

(Monape, 2008). Segundo os coordenadores, ao tomar posse da sede em Belém-PA encontraram resistência das lideranças locais. Além disso, os equipamentos, a lista de presença dos participantes e a ata da última assembleia desapareceram de forma suspeita, depois de um suposto arrombamento da sede.

Conforme relatado em Carta Aberta (Monape, 2008), a nova coordenação encontrou o caixa zerado e uma dívida de aluguel, de telefone e de salário de funcionários no valor de mais de 8 mil reais. O relatório financeiro e narrativo estava atrasado com o ICCO, que era o principal financiador e já tinha decidido não destinar mais recursos ao movimento.

Com a chegada dos novos diretores, porém, o ICCO decidiu dar mais uma oportunidade e aprovou o projeto Revitalizando a Organização do Movimento Nacional dos Pescadores, cujo orçamento era de 120 mil euros para o período 2006-2008. O objetivo era fortalecer as bases e o desenvolvimento institucional do movimento (Monape, 2006,

2008b). Uma das quatro metas do programa era “executar um plano de comunicação que contemple a elaboração de 12 boletins bimestrais, um site alimentado sistematicamente e produção de releases mensais, contratação de jornalista e estagiários” (Monape, 2006, p. 5). Apesar da intenção, foi publicada apenas uma edição do Boletim Monape, em 2006, e as demais ações jamais foram concretizadas.

O projeto também buscava mobilizar as bases para monitorar e fiscalizar as políticas governamentais para o setor. Neste quesito, estava prevista a realização de uma campanha de informação e filiação do Monape, através de cartilhas, folder, músicas e outros veículos de comunicação dirigida (Monape, 2006). Com os recursos iniciais, a sede foi transferida para São Luís, no Maranhão, onde o Monape pagou as dívidas da gestão anterior e instalou a sua estrutura física (Monape, 2008b). Apesar desses esforços, a falta de documentos e de dados para prestar contas e enviar relatórios aos financiadores fez com que estes suspendessem as doações.

Devido às desavenças internas e à incoerência nas ações, a credibilidade do movimento tinha sido arranhada definitivamente junto aos organismos nacionais e internacionais. Além disso, a desarticulação e desconfiança tomaram conta de vez não só dos pescadores, como dos próprios gestores do Monape, provocando o fechamento definitivo da sua sede.

### **Futuro incerto**

Em setembro de 2009, o Monape convocou assembleia geral para eleger uma nova coordenação, o que não aconteceu por falta de quórum. Os presentes decidiram prorrogar por mais um ano o mandato da antiga diretoria. Paralelamente, a Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras, da qual os dirigentes do Monape também participavam ativamente, se estruturava em torno da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, para pressionar o Governo federal por políticas públicas adequadas à categoria.

A Articulação estava insatisfeita com o desempenho da Seap/PR, que tinha avançado muito pouco no atendimento às reivindicações dos pescadores. Não era de estranhar, portanto, que a notícia da transformação do órgão em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) fosse recebida com tanto ceticismo.

Durante todo o processo de organização da I Conferência da Pesca Artesanal, realizada em 2009, no Estádio Mané Garrincha, em Brasília-DF, os dirigentes do Monape participaram e apoiaram a Articulação. Paradoxalmente, quando a realização do evento estava próxima, alguns deles se posicionaram de forma contrária e sugeriram uma nova data. A perplexidade tomou conta de assessores e lideranças que, mesmo sem esse apoio, decidiram levar adiante o encontro.

O evento aconteceu no mesmo período da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, organizada pelo recentemente criado MPA. Tratava-se de uma estratégia para construir e apresentar propostas de investimento e garantia dos direitos sociais dos pescadores; identidade e território; direitos específicos das pescadoras; sustentabilidade ambiental, além de desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal e sua legislação. Ainda não há estudos sobre os desdobramentos do encontro, mas o que interessa registrar é a posição contraditória do Monape nesse processo, que aparece tanto em diversos documentos (Cpp, 2005; Articulação, 2005b), quanto no discurso de lideranças locais.

Até 2009, pescadores, assessores e mediadores não sabiam ao certo o rumo do Monape. Algumas lideranças do Nordeste defendiam que o movimento ainda representava os interesses e objetivos dos pescadores. Outras romperam de vez com ele, inclusive lançaram um novo movimento social da categoria (Carta do Movimento de Pescadores e Pescadoras, 2010). O futuro do Monape encontrava-se comprometido e o seu destino, infelizmente, estava nas mãos de umas poucas lideranças.

### **Considerações finais**

Ao longo de 19 anos de atuação, o Monape teve importantes conquistas, muitas vezes restritas a uma determinada região, sendo tímidas perante as demandas dos pescadores brasileiros, que continuam vivendo em um contexto de desvalorização de seu trabalho e modo de vida, levando-os a uma situação de exclusão social, principalmente no Norte e Nordeste do país.

Os dados empíricos desta pesquisa, aliados aos depoimentos de lideranças e assessores, revelaram alguns aspectos que inviabilizaram o avanço do movimento, além da realização de diversos objetivos e projetos e uma incidência limitada em políticas públicas para o desenvolvimento de comunidades pesqueiras. Dentre esses fatores, considera-se importante apontar a falta de rotatividade de lideranças diante dos órgãos de representação dos pescadores (colônias, federações e confederação) e no comando estadual e nacional do Monape.

Embora comprometidos com as causas da pesca artesanal, esses líderes reproduziram uma postura paternalista e assistencialista, pois ao deter o poder por tanto tempo parecem ter impedido o surgimento de novas lideranças e uma participação maior das bases, além do afloramento de um sentimento de corresponsabilidade, essencial em projetos de mobilização social. A centralização das decisões em poucos dirigentes também provocou uma imobilidade de lideranças em outros Estados.

Desde a sua fundação, o Monape tem convivido com um Estado cujas políticas públicas são compensatórias e descontinuadas. Embora bem-intencionadas, essas medidas não têm conseguido resolver os problemas de ordem estrutural das comunidades pesqueiras.

Além disso, essas ações têm contribuído para agravar a descrença da categoria no poder do Estado, pois, na maior parte do tempo, os órgãos públicos carecem de infraestrutura e de um projeto que atenda às reais necessidades dos pescadores artesanais.

As políticas públicas promovidas pelo Estado, entre 1990 e 2009, muitas vezes desarticularam a organização social de comunidades pesqueiras, proporcionando uma cultura assistencialista e mesmo de barganha, que vem se perpetuando ao longo dos anos. Essas ações insistiram em disponibilizar linhas de crédito e conceber projetos de Extensão Pesqueira, sem a devida participação dos pescadores. Por outro lado, persistiram em um modelo de comunicação que não leva em consideração as aspirações dos pescadores e seu modo de vida.

Por sua vez, as intervenções do Monape no âmbito das políticas públicas mostraram-se insuficientes para driblar ou mesmo desfazer esses processos de desorganização social, pois suas estratégias de comunicação não foram planejadas e executadas para atender a critérios quantitativos, qualitativos e de periodicidade que pudessem mobilizar amplamente seus públicos de interesse. Ao contrário, basearam-se em ações pontuais, centralizadas e dispersas no tempo e no espaço.

Outro elemento que merece destaque é o papel marcante do Conselho Pastoral dos Pescadores, que hoje consegue visualizar os erros metodológicos possivelmente cometidos no passado e reconhece suas limitações junto ao Monape. Neste sentido, sugere-se que apoiadores, parceiros e assessores evitem posturas paternalistas, pois práticas dessa natureza desarticulam ainda mais as bases e lideranças.

O poder público, as ONGs e demais organizações que se relacionam com o Monape ou outros movimentos sociais de pescadores devem ser coadjuvantes e não atores principais. Estes precisam focar sua participação e corresponsabilidade em ações de mediação, facilitando os processos de comunicação e apoiando os pescadores a levarem adiante suas reivindicações. Só assim poderão colaborar na promoção da organização social e política do Monape e de outros movimentos sociais na pesca.

Apesar de ter colocado a comunicação como fator estratégico para o seu avanço, prevendo inclusive investimentos em Planos de Comunicação, desde 1994, o Monape

nunca conseguiu que o seu sistema de comunicação funcionasse de forma sistêmica e organizada. A sua comunicação de massa e a comunicação dirigida dependiam de inúmeros fatores e nunca receberam os devidos recursos, nem foram conduzidas por profissionais da área, contratados para tais atividades. Ambas as modalidades de comunicação também parecem refletir o modelo centralizado, pouco flexível e hierárquico de gestão do Monape, que acabou limitando o fluxo e a circulação das informações, do conhecimento e do engajamento.

A mesma coisa pode ser dita quando se trata de veículos de comunicação dirigida escritos, a exemplo dos boletins Monape Notícias, Boletim do Monape, A Voz dos Pescadores e da revista Pescando e Lutando. Estes meios nunca tiveram uma edição, circulação e tiragem ideais para seus objetivos, tornando-os rapidamente obsoletos e insuficientes para organizar as bases, promover a circulação das informações e divulgar o próprio movimento.

A centralização das ações e decisões em poucas lideranças e em uma determinada área geográfica; a priorização de interesses individuais, políticos e partidários; a falta de repasse de verbas para viabilizar trabalhos nos diversos Estados; e, ainda, a ineficiência no fluxo e na circulação de informações podem ser consideradas os principais fatores para a desarticulação nacional do Monape.

Constatou-se, ainda, que houve avanços em termos de reorganização das bases, que culminaram na 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal. As contradições entre o discurso e a prática do Estado vêm provocando o descontentamento da categoria, levando seus membros a reivindicarem um modelo de desenvolvimento sustentável e de políticas públicas que preserve o meio ambiente e respeite o território e a identidade da cultura pesqueira tradicional.

### Referências

- Alves, R. P. (2009). Moda e desenvolvimento local: reconversões culturais na criação e confecção de jeans em Toritama – Pernambuco. 2009. Dissertação. Programa de PósGraduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Recife : UFRPE.
- Associação movimento nacional dos pescadores (Monape) (2001). Regimento Interno. Belém, PA, mar.
- Associação movimento nacional dos pescadores (Monape) (1999). Estatuto. Belém, PA, fev.
- Boletim do Monape (2006), n. 1, dez.
- Brasil (2003). 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca: caderno de resoluções. Luiziânia, nov.
- Brasil (2003). Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap). Publicações, 2003.
- Disponível em:  
[http://www.Presidencia.Gov.Br/Estrutura\\_Presidencia/Seap/Publicacoes](http://www.Presidencia.Gov.Br/Estrutura_Presidencia/Seap/Publicacoes). Acesso em fevereiro de 2008.

- Brasil (2006). 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca: caderno de resoluções. Brasília – DF.
- Callou, A. B. F. & Tauk Santos, M. S. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: Prorenda Rural – PE (Org.). Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos. Recife: Bagaço.
- Callou, A. B. F. (1986). Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983). Santa Maria – RS: UFSM, 1986. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, RS.
- Callou, A. B. F. (1994). A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919 – 1924). São Paulo, 1994. Tese (doutorado em Ciências de Comunicação). Curso de Pós-Graduação em Ciências de Comunicação. Universidade de São Paulo, SP.
- Callou, A. B. F. (2003). O ensino da extensão pesqueira no Brasil: desafios atuais. In: Lima, Jorge, R. T. de L. (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife : Bagaço, pp. 23-40.
- Callou, A. B. F. (2006). Estratégias de comunicação em contextos populares: Implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: Tavares, J. & Ramos, L (Orgs.). Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus, 2006, pp. 53- 66.
- Callou, A. B. F. (2006). Extensão rural: polissemia e memória. Recife : Bagaço.
- Callou, A. B. F. (2007). Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local. In: Revista Unircoop, vol. 5, nº 1, Quebec – Canadá : Université de Sherbrooke, pp. 164-183.
- Cardoso, S. E. (2001). Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. Revista do departamento de Geografia, 14, pp. 79-88. Disponível em:  
[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG\\_14/RDG14\\_EduardoCardoso.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_14/RDG14_EduardoCardoso.pdf) Acesso em: janeiro. 2009.
- Carvalho, F. & Callou, A. B. F. (2008). Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca no Estado de Pernambuco, 2003-2006. Interações. Campo Grande, v. 9, n. 1, pp. 65-76, jan./jun.
- Cepene (2009). Boletim Estatístico da Pesca Marítima Estuarina em Pernambuco – 2009. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/cepene/index.php?id\\_menu=77](http://www.icmbio.gov.br/cepene/index.php?id_menu=77). Acesso em agosto.
- Cesca, C. G. G. (2006). Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática. 4ª ed. São Paulo : Summus.

- Comitê católico contra a fome e pelo desenvolvimento (1997). Relatório sobre o Monape. Recife – Pernambuco. Fevereiro.
- Conselho pastoral dos pescadores (2005). Relatório de Encontro da Articulação Nacional dos Pescadores e Pescadoras. 2005.
- Coordenação estadual do monape em Pernambuco. Carta à coordenação executiva do Monape. Goiana – Pernambuco. Jan. 2007.
- Diegues, A. C. S. (1985). Pesca artesanal e estratégias de desenvolvimento da pesca. Seminário de Pesca Artesanal, Brasília.
- Diegues, A. C. S. (1995). Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo : NAPAUB-USP.
- Diegues, A. C. S. (1998). O mito moderno da natureza intocada. São Paulo : Hucitec.
- Diegues, A. C. S. (2002). Povos e águas. Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras. 2ª ed. São Paulo : NAPAUB.
- Diegues, A. C. S. (1983). Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo : Ática.
- Editorial (1999). A voz dos pescadores do Brasil: Boletim Informativo do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), ano 1, n. 1, junho.
- Encontro Nacional de Mulheres Pescadoras (1999). A Voz dos Pescadores do Brasil: Boletim Informativo do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), ano 1, n. 1, junho.
- Franco, A. de (2006). O desenvolvimento local e o governo atual. Disponível em: <http://www.eagora.org.br/?URL=http%3A%2F%2Fwww.augustodefranco.org>. 5, janeiro. Acesso em: outubro de 2009.
- Franco, A. de. (2001). Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Millennium.
- Gohn, M. da G. (2003). Movimentos sociais no século XXI: antigos e novos atores sociais. In: Gohn, M. da G. (Org.). Petrópolis : Vozes.
- Gohn, M. da G. (2004). Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª ed. São Paulo : Loyola.
- Henriques, M. S. (2007). O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: Henriques, M. S. (Org.). Comunicação e estratégias de mobilização social. 2ª. ed. Belo Horizonte : Autêntica.
- Jara, C. J. (2001). As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável. Outubro. Brasília: IICA, pp. 69-124.

- Kunsch, M. M. K. (2003). Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo : Summus.
- Matos, A. G. de. (2005). Capital social e autonomia. In: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural – MDA. Disponível em:  
<<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=227>>. Acesso em maio.
- Monape (1989). Relatório da Reunião de 14 e 15 de abril de 1989. Olinda, Pernambuco. Abril.
- Monape (1990). Carta circular. São Luís, setembro.
- Monape (1991). 1ª Assembleia Nacional do Monape: unidos por uma vida melhor. Fortaleza, abril.
- Monape (1991d). Revista Pescando & Lutando. São Luís, dezembro.
- Monape (1994). CAPAB. Projeto de organização e estruturação do Movimento Nacional dos Pescadores 1995 – 1997. São Luís, dezembro.
- Monape (1994b). Carta das Pescadoras Artesanais. São Luís, agosto.
- Monape (1994c). Revista Pescando & Lutando. 2ª ed. São Luís, dezembro.
- Monape (1996). Relatório de Atividades: janeiro a junho de 1996. São Luís, setembro.
- Monape (1996b). CAPAB. O pescador artesanal na previdência social: orientações básicas Segurado Especial. Recife, agosto.
- Monape (1997). Plano 97: Planejamento de Trabalho: de março a dezembro de 1997. São Luís, março.
- Monape (1998). Monape Notícias: editorial. Ano 3, n. 3.
- Monape (2006). Projeto revitalizando a organização do Movimento Nacional dos Pescadores.
- Monape (2008). Carta aberta. Fortaleza, Ceará, outubro.
- Monape (2008b). Relatório da reunião da diretoria e parte do conselho deliberativo do Monape. Recife, dezembro.
- Oliveira, F. de. (2001). Aproximações do enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis. Programa Gestão Pública e Cidadania / EAESP/FGV.
- Peruzzo, C. M. K. (1988). Comunicação nos movimentos populares - a participação na construção da cidadania. Petrópolis : Vozes.

- Potiguar Júnior, P. L. T. (2000). O movimento nacional dos pescadores e o conselho pastoral da pesca: Alternativas de Representação dos Pescadores. Projeto RNAS/MPEG. III Workshop do Projeto MEGAM, maio.
- Potiguar Júnior, P. L. T. (2007). Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 3, p. 51-62, set-dez.  
Disponível em:  
[www.museugoeldi.br/editora/bh/artigos/.../desvelandol\(junior\).pdf](http://www.museugoeldi.br/editora/bh/artigos/.../desvelandol(junior).pdf). Acesso em: fevereiro, 2009.
- Ramalho, C. W. N. (1999). Pescadores artesanais e o poder público: um estudo sobre a colônia de Pesca, de Itapissuma, PE. Monografia para obtenção de Bacharel em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Rural, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, abril.
- Ramalho, C. W. N. (2004). A arte de fazer-se pescador artesanal. II Encontro da Anppas. Disponível em:  
[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano\\_ramalho.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano_ramalho.pdf). Acesso: abril, 2009.
- Santos, B. de S. (2005). Os novos movimentos sociais. In: Leher, R. & Setúbal, M. (Orgs.). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo : Cortez.
- Sherer-Warren, I. (1996). Redes de movimentos sociais. 2ª. ed. São Paulo : Loyola.
- Silva, J. de S. da. (2003). A extensão pesqueira no desenvolvimento das comunidades litorâneas do Estado do Ceará. Dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza : UFCE.
- Silva, J. de S. da. (2003). Instituto Terramar: experiência de uma organização não governamental nas comunidades pesqueiras do Ceará. In: Prorenda Rural (Org.). Extensão pesqueira: desafios contemporâneos. Recife : Bagaço.
- Silva, L. G. da. (1988). Os pescadores na história do Brasil. V.1. Colônia e Império. Recife : Vozes.
- Silva, L. G. da. (2004). Caiçaras e jangadeiros. Cultura marítima e modernização no Brasil. (1920 – 1980). Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 1. São Paulo : NUPAUB. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/luisgeraldo.pdf> . Acesso em: julho 2009.
- Tauk Santos, M. S. & Callou, A. B. F. (1995). Desafios da comunicação rural em tempos de desenvolvimento local. Signo. João Pessoa. Ano 2. n 3. pp. 43-47.
- Tauk Santos, M. S. (2000). Comunicação rural – velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: Lopes, M. I. V. de et alli (Orgs). Comunicação e informação: identidades e fronteiras. São Paulo : Intercom; Recife : Bagaço.

- Tauk Santos, M. S. (2002). Comunicação rural e mercado de trabalho na era tecnológica: o desenvolvimento local está na pauta. In: Callou, A. B. F. (Org.). Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local. São Paulo: Intercom, Recife : Bagaço.
- Tauk Santos, M. S. (2003). Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local e os desafios da sustentabilidade. In: Lima, J. R. T. de (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife : Bagaço.
- Tauk Santos, M. S. (2008). Receptores imaginados: os sentidos do popular. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Recepção, usos e consumo midiáticos” do XVII Encontro da Compós, na Unip, São Paulo, SP, junho.
- Tauk Santos, M. S., Fox, V. et al. (2009). Lazer e consumo cultural das pescadoras artesanais. In: Callou, A. B. F.; Tauk Santos, M. S. & GEHLEN, Vitória (Orgs.). Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras contemporâneas. Recife : Fasa.
- Terramar (2005). Relatório de avaliação externa do Monape.
- Toro, J. B. & Werneck, N. M. D. (2007). Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte : Autêntica.
- Yin, R. K. (2010). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre : Bookman.

<sup>1</sup> Jornalista, professora e mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil. fox.veronica@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex/UFRPE). abcallou@gmail.co

<sup>3</sup> Este artigo é resultado da dissertação de mestrado defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Fez parte do Projeto Casadinho (CNPq, Edital 07/2006).

<sup>4</sup> No Brasil, esses processos se refletiram no fechamento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), em 1989, e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1990. O nítido afastamento do Estado das questões da pesca acabou por relegar o setor pesqueiro artesanal a um patamar secundário, do ponto de vista econômico e social, ao longo da década de 1990 (Callou e Tauk Santos, 2003; Carvalho e Callou, 2007). Somente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva é que foram retomadas as iniciativas de apoio ao setor pesqueiro, com a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), hoje Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

<sup>5</sup> O Fórum de Carajás foi um seminário internacional que reuniu 100 organizações populares e não governamentais. Tratando dos impactos ambientais de diversos projetos, o encontro tocou em assuntos que afetavam os pescadores: poluição, a questão das águas, até a destruição das comunidades pesqueiras (Monape, 1994).

<sup>6</sup> O Monape participou do comitê de coordenação do Programa de Gestão Integrada da Bacia de São Francisco, do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, encarregado de mobilizar a sociedade (Monape, 1994).

<sup>7</sup> O Grupo de Trabalho do Amazonas visava refletir sobre a questão da exploração racional e reconstituente das riquezas naturais da região amazônica (Monape, 1994).

<sup>8</sup> Informação verbal fornecida pelo agente pastoral, Severino Antônio, em palestra sobre Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco, no Seminário 40 Anos de Extensão Pesqueira no Brasil, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, junho, 2009.

<sup>9</sup> O Grito da Pesca Artesanal é um movimento promovido por pescadores artesanais em comemoração ao Dia Nacional de Luta do Pescador e da Pescadora, comemorado anualmente, no dia 22 de novembro. O seu principal objetivo é apresentar propostas para garantir o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da pesca profissional artesanal em todo o país. Esse evento é organizado pela Confederação Nacional dos Pescadores e realizado a cada ano em um Estado da Federação.